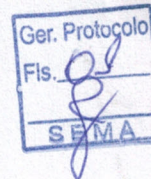




GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SUPERINTENDÊNCIA DE BIODIVERSIDADE – SUB
COORDENADORIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – CUCO



PARECER TÉCNICO Nº 037/CUCO/SUB/CUCO/2013

ASSUNTO: Análise da compensação ambiental do empreendimento de extração de minério aurífero por extração em subsolo, pela empresa Mineração Caraíba S.A.

INTERESSADO: Mineração Caraíba S.A.

INTRODUÇÃO :

A **Lei nº 9.985**, de 18 de julho de 2.000 estabelece em seu **Art. 36** que nos casos de licenciamento ambiental de **empreendimentos de significativo impacto ambiental**, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório – EIA/RIMA, **o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral**. Define ainda no 2º§ do referido artigo que compete ao órgão licenciador definir as unidades de conservação a serem beneficiadas, considerando as propostas apresentadas no EIA/RIMA e ouvido o empreendedor.

O **Decreto nº 4.340** de 22 de agosto de 2002, que regulamenta a lei supra citada, em seu Cap. VIII, Art. 33 estabelece que a aplicação dos recursos da compensação ambiental deve obedecer à seguinte ordem de prioridade:

- I. Regularização fundiária e demarcação das terras;
- II. Elaboração, revisão ou implantação de plano de manejo;
- III. Aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade, compreendendo sua área de amortecimento;
- IV. Desenvolvimento de estudo necessário à criação de nova unidade de conservação; e
- V. Desenvolvimento de pesquisas necessárias para o manejo da unidade de conservação e área de amortecimento.

O referido decreto ainda estabelece que no caso de unidades de conservação em que a posse e o domínio não sejam do Poder Público, como no caso de RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre, Área de Relevante Interesse Ecológico e Área de Proteção Ambiental, os recursos da compensação somente poderão ser aplicados para custear as seguintes atividades:

- I. Elaboração do Plano de Manejo ou nas atividades de proteção da unidade;
- II. Realização das pesquisas necessárias para o manejo da unidade, sendo vedada a aquisição de bens e equipamentos permanentes;
- III. Implantação de programas de educação ambiental; e
- IV. Financiamento de estudos de viabilidade econômica para uso sustentável dos recursos naturais da unidade afetada.

1004

PARECER TÉCNICO Nº 037/CUCO/SUBCUCO/2013

ASSUNTO: Análise da compensação ambiental do empreendimento de extração de minério sulfúreo por extração em subsolo, pela empresa Mineração Caraíba S.A.

INTERESSADO: Mineração Caraíba S.A.

INTRODUÇÃO:

A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 estabelece em seu Art. 38 que nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo da Proteção Integral. Define ainda no 2º do referido artigo que compete ao órgão licenciador definir as unidades de conservação a serem beneficiadas, considerando as propostas apresentadas no EIA/RIMA e ouvido o empreendedor.

O Decreto nº 4.340 de 25 de agosto de 2002, que regulamenta a Lei supra citada, em seu Cap. VIII, Art. 33, estabelece que a aplicação dos recursos da compensação ambiental deve obedecer à seguinte ordem de prioridades:

- I - Regularização fundiária e demarcação das terras;
- II - Elaboração, revisão ou implantação de plano de manejo;
- III - Aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade, compreendendo suas áreas de amortecimento;
- IV - Desenvolvimento de estudo necessário à criação de nova unidade de conservação;
- V - Desenvolvimento de pesquisas necessárias para o manejo da unidade de conservação e área de amortecimento.

O referido decreto ainda estabelece que no caso de unidades de conservação em que o domínio não seja do Poder Público, como no caso de RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre ou Relevante Interesse Ecológico e Área de Proteção Ambiental, a compensação somente poderá ser realizada de acordo com o plano de manejo.

Protocolo n.º: 501331/2013 Data: 11/09/2013 16:10
Governo do Estado de Mato Grosso

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Interessado(a): MINERAÇÃO CARAIBA S.A.
Assunto: DOCUMENTO
Resumo: REF. ANALISE DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Ser Origem: GP - GER. DE PROTOCOLO
Ser Destino: CUCO - COORD. DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

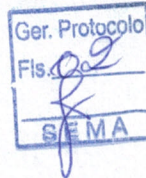
Volume: 1 de 0



000000 134221 650000



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SUPERINTENDÊNCIA DE BIODIVERSIDADE – SUB
COORDENADORIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – CUÇO



ANÁLISE:

A Superintendência de Infra Estrutura, Mineração e Serviços - SUIMIS, através da Coordenadoria de Avaliação de Impactos Ambientais – CAIA emitiu o Parecer Técnico nº 40565/CAIA/SUIMIS/2013 referente ao cálculo do valor da compensação ambiental referente a implantação da unidade industrial Mineração Caraíba S.A. – projeto de mineração de minério aurífero por extração em subsolo, pelo método de lavra de corte e enchimento com emprego de equipamentos mecanizados, em consonância com o Decreto nº 6.848, de 15 de maio de 2009.

De acordo com o cálculo realizado no parecer, o valor da compensação ambiental foi estabelecido em R\$ 272.365,99 (duzentos e setenta e dois mil, trezentos e sessenta e cinco reais e noventa e nove centavos).

O empreendimento localiza-se no município de Nova Xavantina, estando inserido no bioma cerrado.

Levando em consideração o município e o bioma onde se encontra o empreendimento, identificamos as unidades de conservação estaduais existentes em regiões próximas, tendo sido constatado a existência das seguintes unidades: Parque Estadual da Serra Azul, município de Barra do Garças; Refugio de Vida Silvestre Corixão da Mata Azul, município de Novo Santo Antônio e Cocalinho e Refúgio de Vida Silvestre Quelônios do Araguaia, município de Cocalinho.

No que se refere ao Parque Estadual da Serra Azul este tem a situação fundiária 80% regularizada, possui plano de manejo e infraestrutura básica (guarita e centro de recepção ao usuário e administração) e esta sendo contemplado com recurso de compensação por significativo impacto ambiental para regularização fundiária e implantação e manutenção de infraestrutura conforme Termo de Compromisso assinado com a empresa Tractebel Energia S.A..

Já em análise ao grau de implantação e de necessidades dos Refúgios de Vida Silvestre Quelônios do Araguaia e Corixão da Mata Azul observou-se:

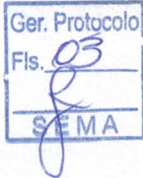
- I. Pela categoria de manejo podem ser constituídos por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.
- II. Não possuem plano de manejo, demarcação e sinalização.

Pelo exposto, o Parque Estadual da Serra Azul quando comparado com os Refúgios de Vida Silvestre encontra-se em um estágio mais avançado de implantação e já possui recurso de compensação por significativo impacto ambiental a ele destinado.

Os Refúgios de Vida Silvestre Quelônios do Araguaia e Corixão da Mata Azul não possuem uma ferramenta que contribua para o manejo, monitoramento e fiscalização além de integração com a população residente e do entorno de uma unidade de conservação, que é a demarcação, sinalização e levantamento ocupacional de títulos e imóveis e levantamento cartorial.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SUPERINTENDÊNCIA DE BIODIVERSIDADE – SUB
COORDENADORIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – CUCO



Pelo exposto, a Coordenadoria de Unidades de Conservação, responsável pela administração e manejo das unidades de conservação na estrutura organizacional da SEMA-MT, levando em consideração: a prioridade para o manejo, monitoramento e fiscalização dos Refúgios de Vida Silvestre, a localização dos mesmos na região abrangida pelo empreendimento, o que estabelece a legislação para o caso deste tipo de categoria, propõe que o recurso da referida compensação deve ser aplicado da seguinte forma:

1.1 Realizar demarcação georrefenciada, sinalização e levantamento ocupacional, de títulos e levantamento cartorial dos títulos/imóveis incidentes nos Refúgios de Vida Silvestre Quelônios do Araguaia e Corixão da Mata Azul: (R\$ 272.365,99)


- 1.1.1 Levantar linhas topográficas entre marcos com abertura de 2,5 metros de picada no perímetro da unidade de conservação;
- 1.1.2 Implantar marcos de concreto;
- 1.1.3 Georreferenciar os marcos principais;
- 1.1.5 Elaborar planta da unidade de conservação, memorial descritivo e cálculo da área, obedecendo às normas da ABNT em meio analógico e digital;
- 1.1.6 Implantar placas nos limites e vias de acesso a UC – sinalização
- 1.1.7 Levantamento da malha de Títulos na área;
- 1.1.8 Levantamento ocupacional georreferenciado;
- 1.1.9 Levantamento cartorial;
- 1.1.10 Diagnóstico e apresentação dos resultados individualizados por imóvel.

CONCLUSÃO:

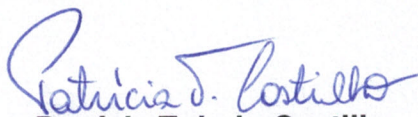
Somos pela aplicação dos recursos de compensação por significativo impacto ambiental proveniente da implantação da unidade industrial Mineração Caraíba S.A. – Nova Xavantina, nos Refúgios de Vida Silvestre Quelônios do Araguaia e Corixão da Mata Azul, conforme análise acima.

É o Parecer.

Cuiabá, 02 de setembro de 2013.


Elder Monteiro Antunes
Analista de Meio Ambiente
SEMA-MT

De acordo:


Patricia Toledo Castilho

Coordenadora de Unidades de Conservação
CUCO/SUB/SEMA-MT